

OS DESAFIOS DA HISTÓRIA (POLÍTICA) DO TEMPO PRESENTE

Roberto Mendes Ramos Pereira¹

Resumo: Diante das peculiaridades da pesquisa com elementos da História do Tempo Presente, o presente estudo tem o objetivo de identificar, a partir das discussões realizadas em torno de visões e conceitos utilizados por alguns autores, os desafios de se trabalhar com essa história presente, principalmente no que se refere à utilização de metodologias viáveis e à oralidade.

Palavras-chave: história do tempo presente, história política, oralidade.

Resumen: Delante de las peculiaridades de la investigación con elementos de la Historia del Tiempo Actual, el actual estudio tiene el objetivo de identificar, a partir de las discusiones realizadas alrededor de visiones y conceptos utilizados por algunos autores, los desafíos de si trabajar con esa historia actual, principalmente cuanto si refiere a utilización de metodologías viables y a oralidad.

Palabras-clave: historia del tiempo actual, historia política, oralidad.

Pensar historicamente assuntos e problemáticas da esfera do político nos moldes do que se costumou chamar atualmente de História do Tempo Presente, parece pressupor algumas reflexões acerca dos desafios e dificuldades conceituais e metodológicas na busca de uma história que seja válida cientificamente. Isto porque desde a década de 1970 não apenas os conceitos, mas também os objetos, enfoques e métodos da História Política têm sofrido transformações significativas no universo científico, fazendo até mesmo alguns autores acreditarem que esse ramo estivesse em crise.

Qual o caminho traçado para que hoje fosse possível se discutir, como assunto do político, questões com as quais temos contato no dia-a-dia? O que ocorreu com a história-ciência que tem tratado de assuntos do cotidiano e da cultura política como relevantes tais quais os acontecimentos de grande impacto social? Tratar de temas do tempo presente é desvirtuar a própria história enquanto ciência?

¹ Professor assistente concursado da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, atuando no campus São Francisco-MG. Graduado em filosofia pela PUC-MG e especialista em História do Brasil pela UNIMONTES, tem experiência de 12 anos na área de Educação, com ênfase em História. Atualmente é mestrando em História na linha Política e Imaginário pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: historia.rmendes@yahoo.com.br

É para responder a questões como essas, preenchendo lacunas e sanando desconfiças sobre este tipo de história, que são necessárias algumas reflexões no sentido de compreender o estágio e o alcance do estudo sobre as demandas sociais. Assim, este estudo tem como objetivo apontar, segundo alguns autores, os desafios de se trabalhar com a história do tempo presente, principalmente no que se refere à utilização da oralidade pelos historiadores, bem como mostrar que a história política, em face de crises e de um revigoroamento sofrido durante os tempos, apresenta-se bastante fecunda de elementos de investigação, dado o seu contato com outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, busca-se, nesse enredo, refletir sobre quatro aspectos capazes de apontar para uma justificativa plausível para tal tendência nos estudos históricos. A primeira refere-se ao que podemos chamar de estado da arte, ou seja, como a história política chegou ao estágio atual? O que proporcionou a ela tomar como objeto elementos da realidade não vislumbrados em outros tempos? Em um segundo momento, é importante que façamos uma digressão sobre a difícil tarefa do historiador em associar objetividade e subjetividade na condução dessa história do tempo presente e alguns aspectos metodológicos a ela relacionados, uma vez que este talvez seja um dos grandes problemas para a historiografia atual na busca de uma validade da história enquanto ciência. Em terceiro lugar, trataremos o assunto das fontes, em torno das quais, o historiador, por estar tão próximo delas, pode correr o risco de construir seus próprios objetos de investigação. Por fim, um quarto aspecto refere-se ao aprofundamento de um assunto importante no trabalho de investigação do historiador, mas que se mostra revestido de incertezas e desconfiças por parte de muitos: a oralidade, um espaço rico para a investigação histórica, mas cheio de armadilhas, capazes de inviabilizar a validade das proposições obtidas pelo historiador.

O título “Os Desafios da História (Política) do Tempo Presente” é sugestivo e faz uma alusão ao primeiro capítulo do livro *Por uma história política*, organizado por René Remond. Com esse título, Remond nos proporciona o trajeto feito pela história política até os dias atuais, tornando compreensível o estágio atual das discussões do político no tempo presente.

O autor acredita que todo historiador é sempre de um tempo e que a direção de suas atenções naturalmente gera, de certo modo,

um abandono de outras possibilidades (REMOND, 1996, p.13-14). É por isso que Carr insiste em um aspecto interessante sobre o estudo da história, mostrando que antes de estudar a história, estude o historiador, e antes de estudar o historiador, que se estude seu meio histórico e social (CARR, 1978, p. 41). Baseando-nos nesse pressuposto de Remond e de Carr é que percebemos vários desses autores ora incomodados ora tentando justificar as transformações sofridas pelos estudos do político. Afinal, a história política mudou, não é mais a mesma? Ela tem sofrido uma crise ou apenas se tornou mais sólida, mais profunda na sua compreensão da realidade?

Pedersen (2006, p. 63), estudando a realidade da Grã-bretanha, foi uma das que se questionou sobre essa possível crise da história política, mas logo ressalta que essa história nunca esteve decadente, mas que apenas foi redescoberta e redefinida. Apesar disso, vemos que ela sofreu, sim, certo impacto, uma transformação interna e externa que pode ser vislumbrada em um período específico e propício para isso.

É sabido que a História Política sempre foi relacionada na historiografia como uma história tradicional, principalmente na primeira metade do século XX quando se percebe o alvorecer da história das mentalidades e de outras correntes que se mostram “inovadoras” na busca de uma compreensão globalizante da realidade. O que estava em voga nesse momento eram os *Annales* e as explicações marxistas, aos moldes de uma história econômica e social. Os enfoques da história política e da escola metódica eram vistos como ultrapassados, sendo, pois, taxados de tradicionais. Assim, segundo Remond (1996, p. 18), a história política, que se atinha aos estudos da história dos tronos, e vista como uma história factual, subjetivista e idealista, uma vez que não dava conta da realidade social nas suas particularidades, sofreu neste momento duras críticas vindas de toda parte.

Rosanvallón (1995, p.10), nesse sentido, identifica bem que o declínio da história política veio acompanhado pelo desenvolvimento da história das mentalidades políticas e da sociologia política, ocorrido nesta primeira metade do século XX. Remond (1996, p. 13), mostra-se com razão, quando ressalta as “modas intelectuais”, mostrando que o que ocorre aí não é crise, mas apenas uma sucessão de descobertas de novos enfoques sobre a realidade.

No entanto, para que entendamos o que realmente ocorreu com a história política é preciso perceber outros tantos fatores que

propiciaram sua transformação. O principal deles foi a aproximação ou o diálogo tecido com o conjunto das ciências humanas. Isso foi determinante para o revigoreamento dos estudos do político. Não fosse esse contato com outras áreas do saber, talvez hoje não fosse possível estarmos falando de uma história política do tempo presente, dada a fragilidade de sustentação da história política tradicional.

Já no final do século XIX e, principalmente no século XX, toda uma conjuntura política, social, econômica e ideológica favorecia, sob vários ângulos, uma renovação da ótica dos historiadores. Remond (1996, p. 15) aponta que, após uma hegemonia do político, em uma perspectiva de história apenas vista de cima, toda uma geração de historiadores começa a fazer uma revolução da distribuição dos interesses. Em primeiro lugar, porque os holofotes estão apontados para outros sujeitos históricos, para as massas. O marxismo, então, se viu bastante enaltecido nas suas colocações. As incursões socialistas pelo mundo respaldavam tal visão de mundo. A história social e econômica dos povos, em face do advento da democracia política e social, do advento do socialismo e do movimento operário, fez, então, insurgir novos objetos de estudo, suscitando novos olhares e metodologias sobre eles. Além disso, Marx e Freud, de certo modo, contribuíram para o descrédito da história política tradicional, minimizando, com seus conceitos de luta de classe e de inconsciente, respectivamente, o papel antes tido como central dos donos do poder. Somado a este emaranhado de fatores, há ainda a efervescência da Escola dos *Annales*, que, na busca de um entendimento dos fatos dentro de uma perspectiva da longa duração, acaba por tirar a importância que se dava outrora às ações individuais de reis, nobres e generais. Por fim, até a concepção de Estado era outra neste período, não sendo mais um ente com vida própria, mas visualizado como uma construção social a partir de relações de força. Assim, todos esses fatores vistos na sua totalidade mostram que a história política tradicional não tinha mais razões ou sustentabilidade para ser estudada da forma que era (REMOND, 1996, p. 19-20).

Nessa perspectiva, Ângela de Castro Gomes pode nos dar uma explicação fundamentada para esse revigoreamento dos estudos do político:

A revitalização dos estudos de história política, ou o que tem sido chamado de o “retorno” da história política, guarda relações profundas com as mudanças de orienta-

ções teóricas que atingiram as ciências sociais de forma geral. Inúmeros autores situam o fenômeno como uma crise dos paradigmas estruturalistas então vigentes: o marxista, o funcionalista e também o de uma vertente da escola dos *Annales*. Esta crise, traduzida pela recusa de explicações determinísticas, metodologicamente quantitativistas e marcadas pela “presença” de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e no espaço, teria impactado o campo das ciências humanas forçando-as a rever suas ambições totalizadoras e suas explicações racionalistas/materialistas (GOMES, 2007, p. 12).

Com essa crise dos paradigmas estruturalistas e para a sua própria sobrevivência, a História Política passa, nesse momento, por uma re-modelação a partir do diálogo com outras ciências sociais. No entanto, dessa interação e apropriação de elementos de outras áreas, surgem outras questões, que até hoje se fazem presentes nos círculos de discussão dos historiadores: o que se tornou o político? O que é específico da História Política e o que não é? Qual o limite entre as ciências sociais e a história política? Perguntamo-nos: seria outra nova crise vivida por ela?

Rosanvallon não acredita nisso. Para ele, a aproximação, progressiva com outras ciências sociais, ocorrida nos anos 70, fizeram com que o político se tornasse um local próprio, o lugar onde se articulam o social e sua representação (1995, p.12). Isto quer dizer que, ao contrário de Pedersen (2006, p. 65), que vê a História Política como uma sub-disciplina, Rosanvallon tem como pressuposto metodológico essa concepção abrangente e, a nosso ver, interessante para a saúde da história política, sobre o político, pelo qual perpassam outras áreas do saber. Daí seu caráter de “ciência encruzilhada” (REMOND, 1996, p. 29), impossibilitando seu isolamento em relação às outras ciências sociais e colocando como necessidade a multidisciplinaridade.

Isto quer dizer que, se pensarmos em termos de uma Nova História Política, com certeza temos que entendê-la dentro de uma concepção flexível, aberta para outras abordagens (sejam estas antropológicas, sociológicas, econômicas ou outras) e, principalmente, não possuir as fraquezas metodológicas, já pensadas por Rosanvallon (1995, p.12-15), que fazem a História Política tradicional (por ele chamada de História das Idéias) ter um enorme defeito, que é o de não possuir nada de histórico, uma vez que este tipo de história fica cons-

tantemente moldada a um tipologismo que a torna antes um catálogo de explicação de pensamentos e doutrinas do que propriamente uma construção capaz de deixar claras as racionalidades políticas de um tempo.

É sob este “Retorno do Político”, termo questionado por alguns autores como Gomes,² que devemos refletir sobre a relação existente entre o tempo presente e o passado, relação muitas vezes conflituosa na prática do historiador.

É sabido que a aproximação da História com as Ciências Sociais parece ter aberto a possibilidade entre as décadas de 1950 e 1970, e, hoje, realidade da História do Tempo Presente. Assim, ao mesmo tempo em que tornou fecundo o espaço do político, essa integração acabou por suscitar algumas questões bastantes polêmicas: afinal, o passado deixou de ser objeto de estudo para a História? A história do tempo presente, que traz consigo a oralidade como caminho metodológico, não possui objetividade na formulação de suas conclusões? Existe o risco da construção de objetos e fontes neste tipo de história, comprometendo assim a racionalidade histórica, uma vez que há uma proximidade entre o historiador e esses objetos/fontes de estudo? O presentismo é ou não uma ameaça para a natureza do conhecimento histórico? Para responder a estas questões, que trazem consigo problemas de cunho metodológico associados à hermenêutica, é preciso que abordemos tanto aspectos relativos à prática do historiador quanto à especificidade das características da oralidade nos estudos históricos.

Em primeiro lugar, quando se questiona se o passado deixou de ser objeto de estudo para a História nesta história do tempo presente, o que temos que pensar não é se isso ocorreu, mas pensar sobre o modo de pensar que existia antes disso. Para Remond (1996, p. 18) a escola metódica, que se manteve tanto tempo hegemônica nos estudos históricos, mostrava-se basicamente como uma história factual, subjetivista, idealista, tendo, assim um tratamento narrativo e descritivo, não cumprindo, portanto, a vocação própria da história, que é interrogar-se sobre o sentido dos fatos. Goldmann, visto de certo modo, como uma referência nessa perspectiva de buscar o sentido dos fatos, vai contribuir decisivamente, já na década de 1950, com sua discussão

² A autora defende uma revitalização da história política e não uma crise.

sobre o pensamento histórico e seu objeto. Partindo do entendimento do fato social carregado de historicidade e de significados, o autor ressalta que se a história pretende ultrapassar o simples registro dos fatos, ela necessariamente tornar-se-á explicativa, não mais narrativa. Com o pressuposto de que todo fato social é um fato histórico e todo fato histórico é social (GOLDMANN, 1976, p.17), o autor favorece a aproximação entre história e as ciências sociais, incorporando, assim, problemáticas relativas ao tempo presente já suscitadas com os *Annales* e com a história econômico-social.

Fundamentando essa perspectiva, de que a história se constrói enquanto ciência no tempo presente, Moradiellos (2005, p.15-16) ressalta que o passado, por definição, não existe e não pode ser campo da história, sendo que este se mostra no presente, cristalizado nos vestígios o passado histórico só se nos oferece à compreensão como presente fiscalista através das relíquias, isto implica então que a história se faz no presente.

Respondendo à questão mencionada referente à possibilidade de o passado ter perdido o *status* de objeto da história, notamos uma resposta negativa: a de que não houve uma crise na identidade da própria história vista como ciência. Pelo contrário, novos elementos foram incorporados de outras áreas para uma compreensão que melhor corresponda à realidade, minimizando o teor idealista da “velha história política” (GOMES, 2007, p. 03).

Atualmente, com o alvorecer de tantas visões suscitadas com uma história do tempo presente, não existe mais uma só historiografia hegemônica, como em outros tempos. O que existe mesmo, no pensamento de Rojas (2004, p. 75), é um esquema plural, diversificado e policêntrico na historiografia atual, parecendo ser esta uma categoria própria deste tipo de história que se perfaz no tempo presente. Este tempo é, pois, ponto de partida e de chegada, não sendo possível a dicotomização entre passado-presente gestada pela escola metódica. Dessa forma, concordamos com Carr quando ele diz que

o passado é inteligível para nós somente à luz do presente: só podemos compreender completamente o presente à luz do passado. Capacitar o homem a entender a sociedade do passado e aumentar o seu domínio sobre a sociedade do presente é a dupla função da história (CARR, 1978, p. 49).

Passando para uma discussão surgida desta incorporação do

presente nos estudos históricos, retomemos os outros questionamentos anteriormente mencionados, vislumbrando a oralidade como núcleo discutível e discutido. Afinal, onde fica a objetividade científica, tão exigida da história por outras áreas que trabalham com tal objetividade, na incorporação da oralidade como caminho metodológico desta história presente e na qual a subjetividade se desponta como uma de suas características? A validade de objetos e fontes fica comprometida com a possibilidade de uma criação destes elementos pelo historiador? Onde fica a validade do conhecimento histórico com o risco do presentismo? Para uma maior clareza das proposições, subdividimo-nas em tópicos a partir dos quais construiremos abordagens sobre cada um desses pontos.

Objetividade / subjetividade

Quando se fala da oposição, ou sob outro ângulo, da complementaridade existente entre objetividade e subjetividade no tratamento com fontes em história, o que mais se questiona é se o uso da oralidade, ou da chamada História Oral, minimiza o teor científico e objetivo do conhecimento histórico construído. Se anteriormente, quando analisamos a história política sob a ótica da escola metódica, havia uma preocupação sobre o fato, em uma espécie de “fetichismo dos fatos” complementado pelo “fetichismo dos documentos” (CARR, 1978, p. 18) e de em uma supervalorização das provas que falem por si mesmas, aqui, na História do Tempo Presente o que há é uma necessidade da história oral. Isso não quer dizer que haja uma negação das contribuições da escola positivista. Estas tiveram sim sua importância. Mas, como ressalta Remond, tanto o descrédito da história política num determinado tempo quanto o retorno deste político são explicados pela evolução das realidades e dos espíritos dos historiadores. Cada período tem seu historiador, como já vimos. O que ocorreu, nessa História (Política) do Tempo Presente é a apropriação de categorias já utilizadas, mas com uma evolução ou mudança de perspectiva, inclusive uma utilização da oralidade como caminho metodológico. François (2006, p. 06-07) chega a dizer que essa oralidade está para a história do tempo presente assim como a arqueologia está para a história antiga, dada sua importância nessa nova forma de se construir o conhecimento histórico.

Na apresentação de *Usos e abusos da história oral*, Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, como organizadoras da obra, parecem identificar elementos dessa gênese da História Oral nessa História do Tempo Presente, inclusive contextualizando quando isso se deu:

A virada dos anos 70 para os anos 80 trouxe, entretanto, transformações expressivas nos diferentes campos da pesquisa histórica, revalorizando a análise qualitativa, resgatando a importância das experiências individuais, promovendo um renascimento do estudo do político e dando impulso à história cultural. Nesse novo cenário, os depoimentos, os relatos pessoais e a biografia também foram revalorizados, e muitos dos seus defeitos, relativizados. Argumentou-se, em defesa da abordagem biográfica, que o relato pessoal pode assegurar a transmissão de uma experiência coletiva e constitui-se numa representação que espelha uma visão de mundo (FERREIRA; AMADO, 2006, p.xxii-xxiii).

Essa incorporação de experiências individuais ainda hoje é motivo de discussão entre os historiadores. Contribuindo no debate sobre o uso da subjetividade sem comprometer a objetividade do conhecimento histórico, Moradiellos (2005, p.19-20) aponta para alguns princípios da racionalidade histórica, capazes de assegurar a cientificidade dos achados do historiador. Resumidamente, podemos identificá-los em primeiro lugar no pensamento de que todo relato ou narração histórica deve estar apoiado sobre provas e evidências materiais que sejam físicas, mostrando claramente a contribuição e até a incorporação desta característica da escola metódica. Em segundo lugar, é preciso notar que qualquer acontecimento humano surge necessariamente a partir de condições prévias homogêneas e seguem um processo de desenvolvimento interno e imanente, deixando evidente que é preciso pressupor que não existam causas externas (providência divina, astros, azar, etc.) na construção do conhecimento histórico. E, finalmente, como uma terceira forma de sanar conflitos surgidos a partir do embate subjetividade-objetividade é a necessidade de se utilizar a categoria da flecha do tempo, fazendo perceber uma natureza direcional e acumulativa do passo do tempo no sentido obrigatório de passado fixo para um futuro aberto através de um presente em construção.

Com esses três princípios da racionalidade histórica parecem que superamos de modo convincente os riscos da subjetivação da

história. Entretanto, é preciso que vejamos mais um aspecto, o que aponta para os fatos históricos sempre com a “mão” do historiador. Se, como vimos com Carr, antes de estudar os fatos, é preciso que se estude o historiador, é porque ele mesmo é objeto do seu tempo. Não há como falar de “fatos puros” (CARR, 1978, p. 23). O que há são interpretações, as dos historiadores. Para a questão “a história então é subjetiva?”, o autor apenas reflete no sentido de mostrar que não, apontando para a existência da objetividade a partir do momento em que outras subjetividades e fontes são buscadas, num compromisso com os fatos. Para Carr (1978, p.29), “o historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem o historiador são mortos e sem significado”. De certo modo, fica assim resolvido o conflito do historiador em construir, a partir de subjetividades, um conhecimento objetivo e válido.

Objetos e fontes

Nesse tópico, o que se busca evidenciar é o risco ou perigo de o historiador, tão próximo de suas fontes, construir seus próprios objetos e fontes. É evidente que por trás dessa questão há um problema de caráter ético-profissional que coloca em xeque o próprio reconhecimento das conclusões obtidas dessa forma, uma vez que o que é colocada em questão é a validade deste conhecimento. Toda essa discussão advém de características inerentes à oralidade, como a memória e o esquecimento, apontando, assim, para possibilidades reais de o historiador manipular dados em uma busca de fazê-los “falar” o que ele deseja que falem, já que a sua interpretação é determinante na construção do conhecimento histórico.

Becker (2006, p. 28) chama isso de construção de “arquivos provocados”, que traz sempre um inconveniente: o de ser constituído depois do acontecimento, sendo responsável por tudo o que foi dito e escrito a posteriori. Para o autor, esses arquivos provocados podem resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas para coincidir com o que é pensado muitos anos mais tarde, para justificar posições e atitudes posteriores.

Com esse inconveniente de se trabalhar com fontes e objetos

“construídos” a partir da oralidade surgem outros desafios, identificados pelo autor. Uma delas é o caráter individual que os depoimentos possuem, ou seja, fala-se em nome próprio, e não em nome de um grupo. Isso pode possibilitar distorções sobre os dados coletados, ainda mais que tais falas dependem da memória de cada pessoa, uma característica sempre presente na História Oral. Além disso, falar após os fatos também pode gerar transformações de sentimentos quanto ao fato ocorrido, o que aumenta a probabilidade de erros. Para minimizar a possibilidade de distorções, contra-sensos e falsificações, o autor aponta para a saída de nunca se confiar numa única fonte, sendo este, na visão de Becker (2006, p. 28), um dos mandamentos da profissão do historiador.

Apesar desses desafios, Remond (2006, p. 209) vê um ponto positivo no trabalho com fontes e objetos mais próximos, ressaltando que “a história do tempo presente é um bom remédio contra a racionalização a posteriori, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar”. Isto quer dizer que, se por um lado há dificuldades e desafios no trabalho com depoimentos ocorridos após os fatos, por outro, ter um contato com a realidade num raio relativamente curto minimiza possíveis equívocos tidos com objetos e fontes num passado longínquo, idéia seguida por Roger Chartier, que diz o seguinte:

O historiador do tempo presente é contemporâneo do seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é, pois, o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. Para os historiadores dos tempos consumados, o conhecimento histórico é sempre uma difícil operação de tradução, sempre uma tentativa paradoxal: manifestar sobre o modo de equivalência um afastamento irreduzível. Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói (CHARTIER, 2006, p. 216).

O que se percebe, desse modo, é que a História do Tempo Presente, que traz consigo a oralidade, possui tanto pontos negativos, ou que apresentam dificuldades para a prática do historiador na cons-

tos necessários para a construção do conhecimento histórico. Nesse sentido, Lozano (2006, p. 16) mostra que é preciso saber que a história só se interessou pela oralidade na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas e novas.

Essa característica é muito importante se pensarmos na própria história política do tempo presente, na qual se percebe depoimentos imbuídos de paixões, sentimentos e tensões vividos exclusivamente num determinado período. Se as narrativas não forem coletadas no momento certo, no lugar certo, é possível que se perca dados importantes para a compreensão histórica do fato ocorrido.

Outro ponto a se destacar é a relevância dos chamados “eventos” históricos na vida das pessoas (PORTELLI, 2005, p. 309). O que para mim é significativo pode não ser para outra pessoa. Esse é um outro problema que o historiador precisa estar atento, a fim de que suas conclusões não sejam parciais e errôneas.

Apesar de fato de muitos historiadores com uma tradição clássica do historicismo desconfiarem e colocarem a história oral como que de “segunda classe”, Portelli (2005, p. 296) valoriza este tipo de história, ressaltando que as estórias preservam o narrador do esquecimento e que a elas têm a capacidade de construir tanto a identidade deste narrador quanto o legado que ela ou ele deixa para o futuro. Assim, sem cair numa exaltação da oralidade, é preciso notar que é relevante a sua apropriação na construção de uma racionalidade histórica capaz de explicar a realidade.

Considerações finais

Finalizando as abordagens sobre os desafios de uma história política do tempo presente, é vital que pensemos os estudos do político não mais com as características da história tradicional, mas com outros moldes, mais flexível e aberta a problemáticas antes não vislumbradas.

Se a oralidade, caminhando junto com a história do tempo presente, apresenta inúmeros desafios e dificuldades para a prática do historiador, como vimos, essa história política renovada também traz dificuldades e problemas para a construção do conhecimento histórico.

trução do conhecimento histórico, como também pontos positivos, fazendo com que este mesmo historiador compreenda melhor a realidade, uma vez que compartilha das mesmas categorias com os sujeitos por ele pesquisados.

A história oral

Antes de fazermos uma abordagem sobre a oralidade e respondendo à questão proposta inicialmente sobre o risco do presentismo no trabalho com a história do tempo presente, percebemos em Carr (1978, p. 29) uma resposta plausível, surgida a partir da sua definição de história: “ela se constitui de um processo contínuo de interação entre historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado”. Ou seja, para não se correr o risco de ficar preso no presente, o historiador necessariamente deve trabalhar com o ir-e-vir no tempo, fazendo com que o presente e o passado formem não uma dicotomia insuperável, mas possibilitem uma compreensão mais abrangente da realidade.

Sobre a discussão específica da oralidade, fizemos a escolha de nos fundamentar basicamente em um dos autores mais expressivos sobre a História Oral na atualidade, Alessandro Portelli, pesquisador italiano que, em *O momento da minha vida: funções do tempo na história oral*, contribui para uma complementação de dicas e posturas que o historiador deve ter no trabalho com a história oral.

Segundo Portelli (2005, p. 298) uma das grandes dificuldades tidas pelo historiador no trabalho com a oralidade, é saber que a história narrada pelo entrevistado é sempre aberta, provisória e parcial, daí uma dificuldade de se terminar a entrevista. Isto implica que parece sempre ter algo a mais para se contar, para se falar. Além do mais, há o fato de que uma história nunca será contada duas vezes de forma idêntica, mostrando que cada história que ouvimos é única.

Isto quer dizer que há sempre um momento oportuno de se entrevistar uma pessoa, dada a especificidade do momento, além do mais porque é preciso saber que o tempo tanto tira quanto acrescenta elementos nos depoimentos das pessoas, na visão de Portelli (2005, p. 299). Talvez essa seja uma das melhores dicas que este autor nos dá para a coleta de dados através de entrevistas ou depoimentos. Há sempre um tempo de se narrar e de se captar nessas narrativas os elemen-

Trabalhar com a oralidade não é algo tão simples. O historiador deve possuir habilidade de análise em torno de todas as brechas possíveis sobre o discurso dos sujeitos históricos, identificando aspectos nem sempre claros, como sensibilidades, ideologias, medos, buscando entender até mesmo as razões do não dito. Dentre as dificuldades, um aspecto que se mostra como desafiante para o historiador é o fato de os discursos e depoimentos coletados serem carregados de paixões, uma vez que os depoentes tratam da sua realidade, segundo sua ótica, ressaltando suas necessidades mais emergentes, suas demandas mais gritantes. Assim, é preciso, como já vimos com Portelli, que estes discursos sejam coletados nos momentos propícios, possibilitando um maior entendimento sobre os fenômenos analisados.

Enfim, na união entre história do tempo presente, história política (agora “renovada”) e história oral, o que percebemos é que o caminho a ser trilhado se mostra permeado de desafios, que, por um lado, geram insegurança, mas que, por outro, suscita uma prazerosa tarefa de investigação sobre a realidade vivida por pessoas em um momento específico da história.

Referências Bibliográficas

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 27-31.

CARR, Edward Hallet. *Que é a história*. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 215-218.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: _____. (Orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.xxii-xxiii.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 3-13.

GOLDMANN, Lucien. O pensamento histórico e seu objeto. In: _____. *Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?* São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976. p.17-26.

GOMES, Ângela de Castro. *Política: história, ciência, cultura etc.* Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/185.pdf>. Acesso em 06 de Julho de 2007.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 15-25.

MORADIELLOS, Henrique. ¿Qué es la historia?. In: _____. *El oficio de historiador*. Madrid: Siglo XXI, 2005. p.3-31.

PEDERSEN, Susan. Que é a História política hoje? In: CANNADINE, David (Coord.). *Que é a história hoje?* Lisboa: Gradiva, 2006. p. 61-84.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: ALMEIDA, Paulo R. *et al.* (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2005. p. 296-313.

REMOND, René. Uma história presente. In: _____. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996. p. 13-36.

_____. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 203-209.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La periodización del itinerário de la historiografía contemporânea em el 'largo siglo XX historiográfico': ¿1848-2005? In: _____. *La historiografía em el siglo XX: historia e historiadores entre 1848 y 2025?* Barcelona: Ediciones de Intervención Cultural/Montesinos, 2004. p. 42-80.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 15, n. 30, p.9-22.

Artigo recebido em agosto 2007 e aceito para publicação em dezembro 2007.

